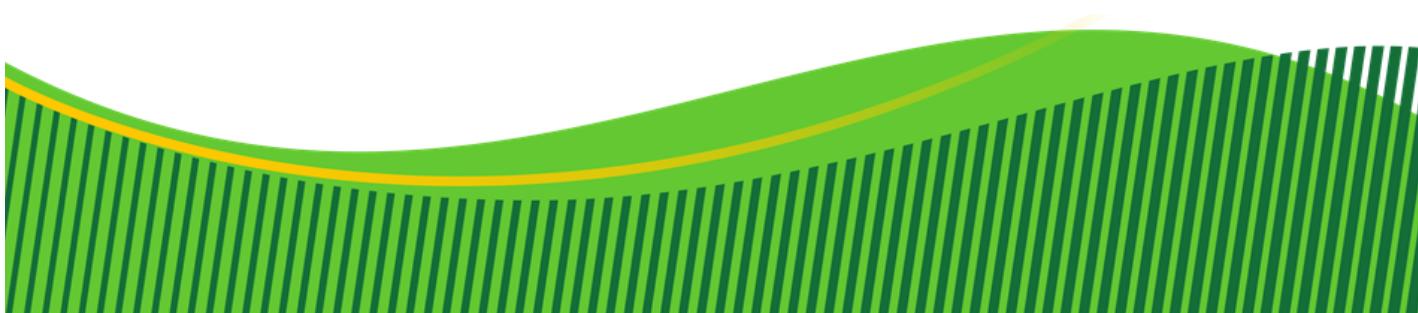


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Fronteiras do Paraná, Santa
Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras
PR/SC/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
Capanema - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

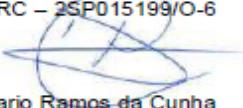
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	623.338	617.455	CIRCULANTE	301.582	294.109
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	21.300	15.755	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		247.826	249.732	Depósitos à Vista	121.519
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		8	32	Depósitos a Prazo	103.272
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural		321	75	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	133.345
Correspondentes no país		459	656	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	13
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	247.038	248.969	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	329.186	331.504	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.457
Operações de Crédito		347.106	353.932	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.457
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(17.920)	(22.428)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)
OUTROS CRÉDITOS		23.366	19.751	Empréstimos País - Outras Instituições	8.971
Créditos por Avais e Fianças Honrados		428	171	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36.290
Rendas a Receber		1.663	1.963	Cobrança e Arrecadação de Tributos	172
Diversos	(NOTA 07)	21.829	17.945	Sociais e Estatutárias	3.199
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(554)	(328)	Fiscais e Previdenciárias	1.318
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	1.660	713	Diversas	(NOTA 14)
Outros Valores e Bens		1.637	694		31.601
(Provisão para desvalorização)		(10)	-		26.769
Despesas Antecipadas		33	19		
NÃO CIRCULANTE	176.906	127.068	NÃO CIRCULANTE	329.424	298.236
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		176.906	127.068	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	329.424
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	3.480	2.536	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.480	2.536	Depósitos a Prazo	323.364
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	127.007	85.389	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)
Operações de Crédito		135.571	94.648	Repasses Interfinanceiros	6.060
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(8.564)	(9.259)		6.060
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	5	1		6.423
Créditos por Avais e Fianças Honrados		3	-		
Diversos		2	1		
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	25.180	23.893	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.238
Outros Investimentos		25.180	23.893	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	14.480	8.893	De Domiciliados no País	70.910
Imóveis de Uso		1.452	1.449	(Capital a Realizar)	74.440
Outras Imobilizações de Uso		22.402	14.965		(3.530)
(Depreciação acumulada)		(9.374)	(7.521)	RESERVAS DE SOBRAS	
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	6.754	6.356	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	93.962
Outros Ativos Intangíveis		12.924	10.926		84.503
(Amortização acumulada)		(6.170)	(4.570)		
TOTAL DO ATIVO	800.244	744.523	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	800.244	744.523

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	52.652	-	52.652	104.740	-	104.740	104.065	5	104.070
Operações de Crédito	52.516	-	52.516	104.460	-	104.460	102.377	5	102.382
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	118	-	118	261	-	261	1.645	-	1.645
Resultado das Aplicações Compulsórias	18	-	18	19	-	19	43	-	43
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(24.760)	(390)	(25.150)	(58.825)	(762)	(59.587)	(66.695)	(595)	(67.290)
Operações de Captação no Mercado	(12.169)	(30)	(12.199)	(28.085)	(63)	(28.148)	(34.273)	(49)	(34.322)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.965)	(360)	(4.325)	(8.824)	(699)	(9.523)	(9.016)	(546)	(9.562)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(8.626)	-	(8.626)	(21.916)	-	(21.916)	(23.406)	-	(23.406)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	27.892	(390)	27.502	45.915	(762)	45.153	37.370	(590)	36.780
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(18.335)	2.477	(15.858)	(30.814)	4.734	(26.080)	(21.086)	4.574	(16.512)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.731	6.431	12.162	10.857	11.885	22.742	9.380	8.954	18.334
Rendas de Tarifas Bancárias	4.601	-	4.601	8.756	-	8.756	7.594	-	7.594
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(18.650)	(1.708)	(20.358)	(35.895)	(2.919)	(38.814)	(32.966)	(1.970)	(34.936)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(13.343)	(1.679)	(15.022)	(26.621)	(3.036)	(29.657)	(22.248)	(2.076)	(24.324)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(64)	(288)	(352)	(173)	(535)	(708)	(100)	(383)	(483)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	13.117	368	13.485	30.872	414	31.286	36.237	718	36.955
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(9.727)	(647)	(10.374)	(18.610)	(1.075)	(19.685)	(18.983)	(669)	(19.652)
RESULTADO OPERACIONAL	9.557	2.087	11.644	15.101	3.972	19.073	16.284	3.984	20.268
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21	12	33	31	12	43	19	(5)	14
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.578	2.099	11.677	15.132	3.984	19.116	16.303	3.979	20.282
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	533	533	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	311	311	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	222	222	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.578	2.632	12.210	15.132	3.984	19.116	16.303	3.979	20.282
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.984	(3.984)	-	3.979	(3.979)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.578	2.632	12.210	19.116	-	19.116	20.282	-	20.282
DESTINAÇÕES	-	-	-	(14.750)	-	(14.750)	(15.475)	-	(15.475)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.563)	-	(4.563)	(4.260)	-	(4.260)
Fates - Estatutário	-	-	-	(728)	-	(728)	(801)	-	(801)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(9.459)	-	(9.459)	(10.414)	-	(10.414)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.366	-	4.366	4.807	-	4.807

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras
PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	52.758	74.089	5.665	132.512
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.623	-	(5.623)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.765	-	-	2.765
Baixas de capital	(2.466)	-	-	(2.466)
Resultado do período	-	-	20.282	20.282
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(801)	(801)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.414	(10.414)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.188	-	(4.260)	(72)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	62.868	84.503	4.807	152.178
Mutações do Período	10.110	10.414	(858)	19.666
Saldos no início do período em 01/01/2017	62.868	84.503	4.807	152.178
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.761	-	(4.761)	-
Outras destinações	-	-	(46)	(46)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.829	-	-	1.829
Baixas de capital	(3.044)	-	-	(3.044)
Resultado do período	-	-	19.116	19.116
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(728)	(728)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.459	(9.459)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.496	-	(4.563)	(67)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	70.910	93.962	4.366	169.238
Mutações do Período	8.042	9.459	(441)	17.060
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	66.998	84.503	6.906	158.407
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	773	-	-	773
Baixas de capital	(1.357)	-	-	(1.357)
Resultado do período	-	-	12.210	12.210
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(728)	(728)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.459	(9.459)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.496	-	(4.563)	(67)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	70.910	93.962	4.366	169.238
Mutações do Período	3.912	9.459	(2.540)	10.831

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SF
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	01/07/2017 a 31/12/2017	(Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.355		17.369	32.044
Resultado do semestre/exercício	12.210		19.116	20.282
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(3.855)		(1.747)	11.762
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(5.026)		(5.203)	9.910
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	8		10	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	102		226	91
Depreciação do imobilizado de uso	1.065		1.969	1.584
Amortização do intangível	794		1.600	964
Baixas do ativo permanente	15		25	150
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	141		33	(202)
Destinações ao FATES	(728)		(728)	(801)
Dividendos SicrediPar	(226)		321	66
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(40.152)		(1.561)	47.313
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(819)		(944)	7.037
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.678		24	(4)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(101)		(246)	236
Redução em relações com correspondentes	428		197	101
(Aumento) em operações de crédito	(35.594)		(34.097)	(52.681)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(22.210)		(24.243)	47.964
(Aumento) em outros créditos	(2.860)		(4.166)	(2.401)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	95		(957)	(478)
Aumento em depósitos	5.170		55.362	43.128
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	563		658	(167)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	375		1.584	(1.149)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(28)		(801)	(944)
Aumento em outras obrigações	7.151		6.068	6.671
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(31.797)		15.808	79.357
Aquisição de Investimentos	-		(1.287)	(5.564)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.035)		(7.581)	(3.083)
Aplicações no Intangível	(1.155)		(1.998)	(1.833)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.190)		(10.866)	(10.480)
Integralização de capital	773		1.829	2.765
Baixa de capital	(1.357)		(3.044)	(2.466)
Juros ao capital próprio	(67)		(67)	(72)
Distribuição de Sobras	-		(46)	(42)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(651)		(1.328)	185
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(38.638)		3.614	69.062
Caixa e equivalente de caixa no início do período	306.976		264.724	195.662
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	268.338		268.338	264.724

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/12/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(67.829)	539	(67.290)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.945)	539	(23.406)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.973)	(539)	(16.512)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(24.240)	(84)	(24.324)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(19.197)	(455)	(19.652)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	21.300	15.755
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	247.038	248.969
Total	268.338	264.724

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.480	2.536
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.480	2.536
Total realizável a longo prazo	3.480	2.536

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	176.329	92.793	269.122	222.525
Financiamentos	40.496	36.241	76.737	59.335
Financiamentos rurais e agroindustriais	130.281	6.537	136.818	166.720
Carteira total	347.106	135.571	482.677	448.580

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	428	3	431	171
Devedores por compra de valores e bens	44	-	44	44
Títulos e créditos a receber (i)	14.619	2	14.621	11.700
Total	15.091	5	15.096	11.915

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	162.507	241.868	813	1.209
Nível B	1,00	225.036	118.834	2.443	1.188
Nível C	3,00	66.943	40.011	2.008	1.200
Nível D	10,00	15.931	23.902	1.593	2.390
Nível E	30,00	7.008	8.101	2.102	2.436
Nível F	50,00	3.505	7.183	1.753	3.592
Nível G	70,00	1.725	1.988	1.208	1.392
Nível H	100,00	15.118	18.608	15.118	18.608
Total (i)		497.773	460.495	27.038	32.015

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	4.749	43.237	43.724	52.205	143.915
Rural	751	25.552	103.978	6.537	136.818
Industrial	318	16.257	9.729	13.662	39.966
Comércio	1.553	32.456	43.264	36.472	113.745
Outros Serviços	1.835	15.307	19.487	26.700	63.329
Total	9.206	132.809	220.182	135.576	497.773
					460.495

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	30.396	6,11	41.864	9,09
50 devedores seguintes	60.282	12,11	65.169	14,15
100 devedores seguintes	53.867	10,82	45.476	9,88
Demais	353.228	70,96	307.986	66,88
Total	497.773	100	460.495	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	32.015	22.014
Constituição de provisão	21.916	23.406
Movimentação de baixados para prejuízo	(26.893)	(13.405)
Saldo final	27.038	32.015

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.354 (2016 - R\$ 4.810), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 21.600 (2016 - R\$ 8.594).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	230	246
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.335	3.395
Adiantamentos por conta de imobilizações	17	-
Devedores por compra de valores e bens	44	44
Devedores por depósitos em garantia	531	512
Impostos e contribuições a compensar	661	502
Títulos e créditos a receber	14.619	11.699
Valores honrados	1.065	234
Cotas de consórcio	84	66
Operações com cartões	58	53
Pendências a regularizar	310	97
Outros	875	1.097
Total Circulante	21.829	17.945

Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	2	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.307	592
Imóveis	1.151	453
Veículos e afins	117	139
Máquinas e equipamentos	39	-
Material em estoque	330	102
Despesas antecipadas	33	19
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(10)	-
Total Circulante	1.660	713

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 10 (2016 - R\$) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	12.838	11.808
Sicredi Participações S.A.	12.340	12.083
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	25.180	23.893

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	4.002.059 ON	3.918.805 ON	2	2	12.838.067	11.807.796
	8.337.631 PN	8.163.964 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,41%	1,39%	1,22%	1,27%	6,69%	7,43%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	12.340	12.083	2	2	12.838	11.808

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.854	(9.374)	14.480	8.893
Imobilizações em curso	-	3.196	-	3.196	357
Terrenos	-	730	-	730	730
Edificações	4%	722	(292)	430	464
Instalações	10%	4.499	(1.833)	2.666	2.218
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.671	(3.004)	4.667	2.976
Sistema de comunicação	10%	284	(116)	168	160
Sistema de processamento de dados	20%	5.604	(3.455)	2.149	1.661
Sistema de segurança	10%	418	(253)	165	172
Sistema de transporte	20%	730	(421)	309	155
Intangível (i)		12.924	(6.170)	6.754	6.356
Investimentos Confederação		12.924	(6.170)	6.754	6.356
Total		36.778	(15.544)	21.234	15.249

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	103.272	-	-	103.272	81.675
Depósitos a prazo	7.341	10.906	323.364	341.611	307.846
Total	110.613	10.906	323.364	444.883	389.521

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	133.332	157.215
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	133.332	157.215
Total circulante	133.332	157.215
Recursos do Crédito Rural	6.060	6.423
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.060	6.423
Total exigível a longo prazo	6.060	6.423

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 18/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	8.971	7.387
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	8.971	7.387
Total circulante	8.971	7.387

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	671	1.897
Obrigações por convênios oficiais	24	17
Provisão para pagamentos a efetuar	7.853	6.721
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	757	724
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.971	3.995
Pendências a regularizar	11	36
Operações com cartões	14.542	11.322
Demais fornecedores	1.084	629
Credores diversos	1.688	1.428
Total circulante	31.601	26.769

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	436	269	(281)	424
Cível	288	185	(140)	333
Total	724	454	(421)	757

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	424	436
Cível	Provável	333	288
Total		757	724

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.190 e R\$ 342 (2016 - R\$ 72 e R\$ 360), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	70.910	62.868
Total de associados	59.638	55.198

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.042 (2016 – R\$ 10.110), sendo R\$ 9.257 (2016 – R\$ 9.811) via integralização de resultados e R\$ 1.829 (2016 – R\$ 2.765), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.044 (2016 – R\$ 2.466).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,9% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.563, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	19.116	20.282
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.029)	(8.518)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	28	(33)
Provisão PPR	58	32
Receita com atos cooperativos	6.355	6.847
Juros sobre capital próprio	1.916	1.789
Outros	(328)	(117)
Subtotal	8.029	8.518
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.480	2.536
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	247.038	248.969
Outros Créditos - Rendas a receber	1.212	933
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.649	3.926
Investimentos (Nota 09)	25.180	23.893
Intangível (Nota 10)	6.754	6.356
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	139.392	163.638
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	8.971	7.387
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	14.345	10.965
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	261	1.645
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	7.853	6.345
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	27.764	29.863
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	9.523	9.562
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.502	1.313
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	12.938	9.900

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	93	0,09%	41
Depósitos a prazo	1.983	0,58%	2.125
Operações de crédito	1.155	0,24%	1.169

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.617	3.136

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	795	823
Despesa de aluguéis	3.733	3.106
Despesa de comunicação	1.904	1.641
Despesa de manutenção e conservação	1.780	1.453
Despesa de material	512	417
Despesa processamento dados	616	452
Despesa de promoções e relações públicas	2.313	2.243
Despesa de propaganda e publicidade	384	410
Despesa de seguro	253	189
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.701	3.244
Despesa de serviços de terceiros	1.279	1.101
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.527	2.221
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.092	773
Despesa de serviços de transpostes	1.463	1.389
Despesa de viagem	1.123	425
Outras despesas administrativas	6.182	4.437
Total	29.657	24.324

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.242	1.308
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	26.671	28.345
Reversão de provisões operacionais	2.019	5.448
Outras rendas operacionais	1.354	1.854
Total	31.286	36.955

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.412	1.081
Contribuição O.C.E.	192	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.080	1.008
Contribuição Confederação Sicredi	8.033	5.910
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	969	793
Encargos da administração financeira	150	154
Repasso administradora de Cartões	732	740
Depreciação e amortização	1.600	974
Outras provisões operacionais	3.532	6.686
Outras despesas operacionais	1.985	2.131
Total	19.685	19.652

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	197.648	183.284
Total	197.648	183.284

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	164.578	149.274
Nível I (NI)	164.578	149.274
Capital principal - CP	164.578	149.274
Capital social	70.910	62.868
Reservas de capital	93.962	84.503
Lucros acumulados	4.366	4.807
Ajustes Prudenciais	(4.660)	(2.904)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	710.873	642.336
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.334	1.142
Margem de Capital (i)	88.603	84.700
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,15%	23,24%
Situação de Imobilização (Imob)	16.576	12.347
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,07%	8,27%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Adriana Conceição Barros Mees

Diretora Executiva

CPF: 609.782.289-87

José Carlos Steffen
Diretor de Negócios
CPF: 333.052.269-00

Fabio Junior Camera
Contador
CRC: PR-0052707/O-2
CPF: 025.334.169-83